



Legislativo abre inscrições para pós em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados (Cefor), e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU), abriram inscrições para o curso de pós-graduação lato sensu em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos. A iniciativa é resultado do acordo de cooperação assinado pelas três instituições com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente (Ilanud).

Poderão concorrer às 40 vagas servidores com curso superior do Senado, Câmara e Tribunal de Contas além de o procurador do Ministério Público junto ao TCU. Também podem participar da seleção servidores e membros do Poder Executivo, indicados pela Casa Civil da Presidência da República; do Governo do Distrito Federal, indicados pela Secretaria da Casa Civil e do Poder Judiciário, indicados pelo Conselho da Justiça Federal.

As inscrições, já iniciadas, ficarão abertas até o dia 5 de fevereiro. As provas de seleção estão marcadas para o dia 23 de fevereiro. O resultado da seleção será publicado em 26 de março. A previsão é que as aulas comecem em 4 de abril.

Aulas - O curso, com 18 meses de duração, terá aulas em português e em inglês. A carga horária será de 400 horas-aula: 360 horas presenciais e 40 destinadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Há também previsão de outras 12 horas opcionais correspondentes à atividade prática supervisionada.

As aulas devem ser ministradas no Instituto Serzedello Corrêa, do TCU, às segundas-feiras das 8h30 às 12h30, e às sextas-feiras das 8h30 às 12h30 e das 14h às 18h, podendo ainda ocorrerem em outros dias e horários, quando necessário. [\[Leia mais\]](#)

Siga e compartilhe o Instagram do TRF da 1ª Região!

Você sabia que o TRF da 1ª Região, além de Facebook, também tem Instagram? Siga nosso perfil: [@trf1oficial](#). O novo espaço tem por objetivo compartilhar fotos e pequenos vídeos de momentos e de campanhas da instituição. Caso não possua o aplicativo no celular, basta fazer o *download* na App Store ou no Google Play, criar um perfil próprio e começar a seguir o [@trf1oficial](#).



SJAP pacifica conflito entre União e ocupantes de área da Infraero no Oiapoque/AP

O Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Amapá (Cejud/SJAP) promoveu, no dia 18 de dezembro, na sede da Subseção Judiciária do Oiapoque, no Amapá, a solução consensual em processo de reintegração de posse envolvendo ocupação de área localizada nas proximidades do aeroporto de Oiapoque. A ação postulada pela União pedia a desocupação da área conhecida como “invasão da Infraero”, onde residem atualmente mais de 500 famílias.

A audiência de conciliação, presidida pela coordenadora da Cejud, juíza federal Lívia Cristina Marques Peres, homologou o acordo e aboliu as ações possessórias e transferiu terras da União ao município de Oiapoque, o que vai garantir às famílias envolvidas, num futuro próximo, a regularização do espaço onde vivem.

Com o acordo entre as partes, na própria audiência foi assinado pelo superintendente em exercício da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) no Amapá, Reneval Tupinambá Conceição Júnior e pela prefeita de Oiapoque, Maria Orlanda Marques Garcia, Contrato de Doação com encargos de 213 hectares de imóvel situado no bairro Infraero, destinado à regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, bem como a expansão urbana do município do Oiapoque.

O Processo - A área em litígio, localizada nas proximidades do aeroporto de Oiapoque, começou a ser ocupada irregularmente no ano de 2004, comportando hoje a moradia de mais de 500 famílias carentes, sem qualquer infraestrutura adequada para a habitação digna. No mesmo ano, a União ingressou com ação de reintegração de posse na Justiça Federal.

A partir de 2015, a atuação do Cejud/AP no processo promoveu o avanço de várias etapas no processo de conciliação com a realização de audiências presenciais e/ou por videoconferência e reuniões com instituições parceiras, tratativas voltadas à solução consensual do conflito.

As tratativas conciliatórias culminaram com a publicação da Portaria nº 228 da Secretaria do Patrimônio da União, publicada em 13/12/2017, que autorizou a doação do imóvel da União ao município do Oiapoque, destinada à regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social bem como a expansão urbana da cidade.

Com informações da Secos/SJAP.